justificativa serem fundamentais para o crescimento e competitividade do país, mas servem apenas para consolidar o poder das grandes corporações nacionais e internacionais, transferindo riqueza das classes pobres para as classes ricas e aprofundando cada vez mais as desigualdades entre os países latino- americanos e os países ricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FRAGA, Érica. LARISSA, Quintino. Já há profissionais com diploma universitário em trabalho intermitente. 2018.Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/ja-ha-profissionais-com-diploma- universitario-em-trabalho-intermitente.shtml - Consultado em 02/05/2021.

MAGALHÃES, Alline. et al. Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas da Reforma Trabalhista. 2017. Disponível em: https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta- por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/ - Consultado em 02/05/2021.

MOLIN, Naiara Dal. As reformas trabalhistas e sindical no Brasil nos governos Cardoso e Lula: conflitos e consensos. 2011. 300 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Maria J. G. de S. A globalização da pobreza: impactos das políticas sociais do Estado neoliberal nas democracias dos países latino-americanos. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 99, pág. 461-474, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2318-8235.v99i0p461-474 - Consultado em 02/05/2021.

INCLUSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS EM ESCOLA COMUM

SILVANA MÁRCIA OLIVEIRA ROCHA

RESUMO

O presente artigo intitulado: Inclusão de Alunos Especiais em Escola Comum tem como objetivo retratar os aspectos relativos à história da deficiência, os avanços, as evoluções e transformações no processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais. São discutidos temas referentes aos caminhos da inclusão e a sociedade frente ao tema, o papel da escola e os desafios de uma inclusão de verdade. Para tanto os educadores passaram a adaptar-se e comprometer-se com novos desafios e demandas das salas de aula, pois os indivíduos com necessidades especiais, visto ao longo da história como doentes e incapazes, hoje figuram como sujeitos que desfrutam de direitos sociais, e entre estes o direito à educação. As ações intesensoriais baseadas na inclusão tornam-se uma realidade desafiadora para o sistema de ensino brasileiro. Neste sentido, as pesquisas deste artigo mostram que cooperar com o fortalecimento das ações sociais voltadas para educação comum inclusiva, representa novas perspectivas no acesso e permanência da pessoa com defi-

ciência no âmbito escolar, proporcionando condições para uma educação de qualidade para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Aluno; Escola; Inclusão; Sociedade; Família.

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe a discutir a inclusão de alunos especiais em escola comum, a fim de mostrar um pouco da história da deficiência, como ela foi tratada por muitos anos e como o assunto ganhou destaque e foi tendo uma transformação positiva ao longo dos anos. A preocupação em voltar o olhar para os portadores de necessidades especiais como sujeitos parte do meio em que estão inseridos e não como indivíduos excluídos ou incapazes.

Por acreditar que somente com concepções e práticas educativas inovadoras e evoluídas será possível educar com êxito a todos indistintamente surgiu a vontade de aprofundar o tema da inclusão em escola comum. Os estudos de especialistas na área da educação, como Maria de Fátima Joaquim Minetto, José Sergio Carvalho, Jane Rangel Barbosa, Mario Lucio de Lima Nogueira, entre outros autores que concederam à inclusão de alunos especiais uma elevada importância no processo pedagógico foram importantes aportes teóricos contribuindo para minha reflexão e pesquisa bibliográfica frente ao tema.

Ao longo das reflexões procuro destacar um pouco da história da deficiência, como ela foi considerada e a evolução e avanços que teve ao longo dos anos, relacionando integração e inclusão, pois a integração é uma preocupação humana, pois seres humanos independente de suas concepções sociais potenciais têm direitos às mesmas oportunidades de inserção social.

É indispensável que os docentes estejam articulados, trocando ideias, sentimentos, compartilhando experiências, especialmente expondo aspectos positivos e negativos de suas práticas. Foi pensando no processo de inclusão e nas relações que se estabelecem na escola inclusiva que tenho refletido e questionado.

Faço uma reflexão e comentarei os desafios que as escolas inclusivas têm enfrentado. Diante disso é muito comum o professor viver uma tensão, daí a necessidade dos docentes assumirem uma nova postura diante do processo avaliativo, empreendendo esforço ativo e consciente na busca da transformação, abrindo mão do uso autoritário da avaliação.

Destaco como está ocorrendo o processo inclusivo na escola comum aliando teoria e prática.

II. DESENVOLVIMENTO

O PROCESSO DE INSERÇÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES

ESPECIAIS NA SOCIEDADE- Um Percurso Histórico

Nas sociedades primitivas os chamados deficientes sempre foram vistos e considerados como seres diferentes que traziam consigo as marcas da rejeição e do preconceito. Estudos afirmam que as pessoas com deficiência eram possuídas por espíritos malignos e ao relacionar-se com essas pessoas significava manter uma rela-

ção com maus espíritos, fato determinante para tornar o deficiente objeto de temor. Para tanto algumas tribos nômades abandonavam seus doentes, velhos e pessoas com deficiências em lugares inabitáveis, expostos a qualquer tipo de risco, sendo o infanticídio dos deficientes considerado um ato legal até meados do século IV.

Somente no século XIX, com a expansão do Cristianismo, o comportamento da sociedade começou a se tornar mais humano e ocorreram mudanças no status do deficiente, "passando de coisa a humano" (CARVALHO, 1996).

Neste período, houve repressão à eliminação e à exposição dos deficientes e os mesmos passaram a serem cuidados e mantidos, mas com rejeições porque ao mesmo tempo em que os protegia, os isolava.

A proteção dos deficientes iniciou embasada em leis efetivamente no ano 1325, com o Rei Eduardo II, na Inglaterra. Esta legislação cuidava da sobrevivência e, principalmente, dos bens dos deficientes, uma vez que o próprio rei é que zelava e se apoderava de boa parte dos mesmos. Apesar da legislação no período da Inquisição Católica houve inúmeras mortes de deficientes, loucos e adivinhos, pois os mesmos não tinham condições de defenderem-se. Já em meados do século XVI a medicina passa a discutir e trabalhar sobre o tema, decidindo sobre o destino dos portadores de deficiência. Deste momento em diante a deficiência passa a ser vista como algo ligado a uma fatalidade hereditária ou congênita e recebe denominações como: cretinos, idiotas e dementes. Esta corrente não acredita em educação ou recuperação (CARVALHO, 1996).

Com John Locke, em 1690, ocorre uma grande revolução. Ele desenvolve uma teoria pedagógica para o atendimento do deficiente, até então visto como quase incapaz. Assim passam a considerar o deficiente mental como carente de experiências sensoriais e/ou reflexões sobre as ideias geradas pelas sensações. Nesta teoria, considera-se a capacidade cognitiva de aprendizagem do homem, que nasce vazio e vai se desenvolvendo na medida em que tem contato com as informações. Desse modo, tem-se a primeira consideração de caráter cognitivo, nunca antes considerado (CARVALHO, 1996).

Vale ressaltar que apesar dos avanços obtidos a partir dos estudos descritos, ainda não era possível dizer que se tratava de abordagens científicas porque as iniciativas e terapias ainda estavam centradas na figura do médico. Assim, no início do século XX todos os conceitos de deficiência foram abolidos e passou- se a considerar graus de deficiência indicados por profundo, severo, moderado e leve. Neste ínterim a psicopedagogia programa vários métodos visando educar os indivíduos com deficiência de acordo com o potencial de cada um. Mas é preciso ter claro que mesmo com evolução conceitual tanto no trato quanto na educação, há registros que durante a 2º Guerra Mundial - Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália – sociedades que se consideravam raças superiores, os portadores de deficiência foram perseguidos e mortos (CARVALHO, 1996).

Contudo, já são muito mais notórios os movimentos na busca pela integração e pela inclusão e, por este motivo que além de mudar as leis, novas terminologias passaram a ser adotadas para indicar o indiví-

duo portador de deficiência, especialmente no âmbito escolar. Se até pouco tempo esta pessoa era considerada "aluno excepcional", no final do século XX passou a ser denominado de "educandos com necessidades especiais".

II.I - OS CAMINHOS DA INCLUSÃO - Do Processo de Exclusão ao Processo de Integração/Inclusão.

No Dicionário Aurélio Novas regras ortográficas (2009) o verbete integrar está definido da seguinte forma: Integrar (p.424): "tornar inteiro; integral; inteirar; fazer parte de um todo; associar (se); incorporar (se)" – Incluir (p.410): "abranger; compreender; inserir; introduzir; colocar dentro; inserir-se; fazer parte".

De acordo com a definição acima referida é notório que tanto a integração quanto a inclusão são indispensáveis à vida humana na busca de um melhor convívio em sociedade.

Assim, conforme Carvalho (1996, p.47), a integração é "uma preocupação humana, pois seres humanos independente de suas concepções sociais potenciais têm direitos às mesmas oportunidades de inserção social".

Neste processo de pensar a inserção social, destacamos a apresentação à sociedade da Declaração de Salamanca em 1994. Neste ano, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia em Salamanca, na Espanha, ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial, momento em que as entidades governamentais e não governamentais analisaram as políticas públicas chegando-se ao consenso de que a sociedade civil organizada, naquele encontro representado, reafirmou o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a urgência de providências na educação para as crianças, jovem e adulta com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

Partindo da conceituação acima referida fica claro que o processo evolutivo da sociedade, suas concepções culturais, econômicas, políticas e sociais refletem a preocupação em voltar o olhar para os portadores de necessidades especiais como indivíduos parte do meio em que estão inseridos e não como indivíduos excluídos ou incapazes.

Conforme indica a literatura, no Brasil, tanto a integração quanto a inclusão centravam-se no princípio da normalidade, ou seja, o sujeito portador de necessidade especial deve mudar seu comportamento para adequar-se socialmente.

II.II - A Sociedade e o Processo de Inclusão

Ao recuperarmos a história fica evidente o peso que a sociedade tem no processo de inclusão social. Aqui, abrimos um parêntese para dizer que não é somente para com os portadores de necessidades especiais, mas sim, segundo Carvalho (1996), também para com grupos minoritários como meninos e meninas de rua, crianças e adolescentes que são explorados em trabalho escravo, os que abandonam a escola precocemente, os que se prostituem os analfabetos, os negros, os índios os pobres ou miseráveis com ou sem dificuldade de aprendizagem. Ao fazermos este recorte queremos enfatizar que a in-

clusão escolar não é um processo isolado, independente. Para que sua introdução e efetivação seja exitosa deve-se considerar todos os mecanismos excludentes que estão presentes, inclusive, e principalmente, o modelo de desenvolvimento econômico vigente no País.

A partir da 2ª Guerra Mundial o Brasil passa a buscar afirmação econômica implantando um modelo nacional de desenvolvimento com o intuito de expandir a indústria nacional, substituindo as exportações. Assim, tanto o capital industrial quanto os ideais nacionalistas ganham força e são amparados pelo governo federal. Com o processo industrial ocorre uma migração do campo para a cidade em busca de colocação nas empresas. Contudo, as empresas não se deram conta de absorver todos os operários e ainda há que se considerar que muitos não detinham o conhecimento técnico necessário para suprir as exigências de mão-de-obra qualificada. Assim, necessidades básicas como educação e saúde acabaram sendo deixadas de lado pelo governo que voltava suas ações prioritariamente ao desenvolvimento de capital em detrimento da qualidade de vida. Assim, o modelo econômico adotado não foi capaz de gerar bem-estar a todos, muito pelo contrário, produziu desigualdades.

Para Carvalho (1996), este cenário que do ponto de vista econômico tornou-se um círculo vicioso comum nos regimes capitalistas em que a ideologia de mercado interfere na área social para ajustar as exigências do capitalismo contemporâneo e que o modelo neoliberal valoriza o econômico em detrimento do social, fica extremamente complicado os excluídos conquistarem espaços dignos.

Com este panorama o sistema educacional ressente-se dos efeitos, e mais uma vez devemos considerar que ao pensar a inclusão há que ter a clareza dos enfrentamentos e mais do que nunca se faz necessário mudanças de atitudes, novos posicionamentos diante dos processos de ensino aprendizagem. É necessário também fundamentar-se no alicerce de que somente com concepções e práticas educativas inovadoras e evoluídas será possível educar com êxito a todos indistintamente.

II.III - As Relações que se Estabelecem na Escola Inclusiva

Sabemos que todo e qualquer campo ou área do saber exige dos seus interlocutores conhecimentos, análise, discussão, argumentação e mudança de atitude. O processo de inclusão escolar não foge à regra. Os movimentos sociais e humanos e os educadores viram no decorrer das transformações sociais e culturais do país a necessidade de mudanças profundas, especialmente no sistema educacional para atender a diversidade com direito de igualdade às oportunidades.

Obviamente que ao pensar a escola inclusiva é necessário ter a clareza da realidade das escolas do sistema público brasileiro, pois refazer propostas, ajustar leis e repensar filosofias de forma mirabolante não traz benefícios concretos na inserção da escola inclusiva. Mas por outro lado, ao mesmo tempo em que é imprescindível ter ciência da realidade, é necessário que os educadores não possam e provavelmente não tenham êxito se ficarem reféns de suas próprias discussões, é fundamental

envolver o sistema para que sob a forma de aliança fundam-se com políticas públicas eficientes.

Segundo Duk (2006) a escola inclusiva é também, antes de qualquer filosofia um querer mudar, querer melhorar e evoluir assim como todo e qualquer processo histórico que desenvolve, aprimora e transforma-se, porque ainda que pertencemos todos nós a um único reino que é o dos humanos, precisamos em muitos momentos transformarmo-nos em "camaleões" que se adaptam e se transformam conforme as necessidades do momento.

Assim, embora sabendo dos inúmeros entraves que contribuem para o processo de exclusão, é indispensável que os docentes estejam articulados, trocando ideias, sentimentos, compartilhando experiências, especialmente expondo aspectos positivos e negativos de suas práticas.

Evidentemente que temos a clareza de que a defesa dos direitos e deveres dos portadores de necessidades especiais ainda não figura uma unanimidade entre a sociedade nem mesmo entre aqueles que são simpatizantes à luta. Muitas discussões permeiam neste campo, pois ainda há muitas inseguranças tanto dos próprios familiares, que apesar da luta, temem que a aprendizagem não traga o resultado positivo esperado, quanto de professores que não tiveram a formação necessária para atender alunos especiais.

A inclusão não é algo impossível. Representa um desafio, que só será superado quando todos os profissionais do processo educativo se abrirem à mudança, revelando a necessidade de romper com a ideia pré-concebida que muitos têm que só educadores especializados podem trabalhar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. O processo inclusivo não pode ser pensado como um trabalho concluído e individual e, sim, como um processo contínuo, interativo e cooperativo, no qual há a possibilidade de se partilhar experiências, tornando nossas escolas lugares privilegiados para se aprender sobre a inclusão, sendo possível discutir e construir saberes na diversidade.

Diante do paradigma da inclusão, precisamos pensar na educação das pessoas com necessidades especiais, desde a educação infantil até a superior. Uma das condições de funcionamento da escola é o professor, embora saibamos que a própria instituição escolar terá de buscar novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, orientada por concepções e práticas pedagógicas que atendam à diversidade humana.

II.IV - Desafios à Escola Inclusiva

Para Mantoan (1999), toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte. A trajetória escolar não pode ser comparada a algo que represente perigo e ameaça, mas sim, há sistemas organizacionais de ensino que tornem esse percurso muito difícil de ser vencido, em uma verdadeira competição onde os perigos e as ameaças revertam-se em força para todos aqueles que querem se manter no caminho inclusivo.

Priorizar a qualidade do ensino regular é, pois, um desafio que precisa ser assumido por todos os educadores. É um compromisso inadiável das escolas, pois a

educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. Segundo Mantoan (1999), trata-se de uma tarefa possível de ser realizada, mas é impossível de se efetivar por meio dos modelos tradicionais de organização do sistema escolar.

Hoje já podemos contar com leis educacionais que propõe e viabiliza novas alternativas para melhoria do ensino nas escolas, estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos, indistinta e incondicionalmente. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares parcial ou totalmente segregados (classes especiais, salas de recurso, turmas de aceleração, escolas especiais).

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes, pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.

Sem que a escola comece os seus alunos e os que estão à margem dela, não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que se insere. A integração entre as áreas do conhecimento e a concepção transversal das novas propostas de organização curricular considera as disciplinas acadêmicas como meias e não fins em si mesmas e partem do respeito à realidade do aluno, de suas experiências de vida cotidiana, para chegar à sistematização do saber. Estes podem ser alguns aspectos possíveis de adequar o processo de aprendizagem ao ritmo e condições de desenvolvimento dos aprendizes - um dos princípios das escolas de qualidade para todos.

No viés da inclusão é necessário ter a clareza que os alunos especiais com déficits de aprendizagem ou com algum tipo de síndrome têm uma maneira própria de lidar com o saber que, invariavelmente, não corresponde ao ideal da escola. O aluno com deficiência intelectual tem dificuldade em construir os seus conhecimentos como os outros e em demonstrar as suas capacidades cognitivas, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizada.

A prática inclusiva é diferente daquelas que habitualmente encontramos nas salas de aula, em que o professor escolhe e determina uma atividade para todos os alunos realizarem individualmente e uniformemente, sendo que aos alunos com alguma necessidade propõe uma atividade facilitada sobre o mesmo assunto ou até mesmo sobre outro completamente diverso. De outra realidade o professor precisa organizar atividades diversas sobre determinado tema incluindo todos os alunos nas diferentes atividades. Sendo assim Arantes (2006, p.60) nos diz:

Uma das competências previstas para os professores manejarem suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como condição indispensável para a elaboração do planejamento e para a implanta-

ção de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem, condizentes e responsivas às suas características.

A prática da educação inclusiva exige necessariamente a cooperação entre todos os alunos (o ensino coletivo) e o reconhecimento de que ensinar uma turma é, na verdade, trabalhar com um grande grupo e com todas as possibilidades de subdividi-los.

No atual contexto, é quase um insulto à complexidade dos objetivos da educação inclusiva, defender ou simplesmente insinuar que eles são alcançáveis só pelo esforço isolado das escolas e dos professores, sem o apoio necessário.

A inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais nas escolas regulares implica na modernização e na reestruturação das condições atuais do ensino, em especial, no que diz respeito às práticas didático-pedagógicas. O movimento nacional para incluir todas as crianças na escola e o ideal de uma escola para todos vem dando novos rumos às expectativas educacionais para os alunos com necessidades especiais.

II.V - O desafio da avaliação na escola inclusiva

Por estarmos tratando da inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema comum de ensino e a maneira própria que cada aluno tem de lidar com o saber, faremos uma abordagem sobre um ponto extremamente delicado e importante no âmbito da escola, a avaliação. Se retomarmos as infindáveis discussões que permeiam este tema detectamos que este "ato", é também um grande desafio nos dias de hoje.

De acordo com as muitas literaturas que tratam a questão da inclusão, uma escola inclusiva deve adaptar seu currículo às práticas pedagógicas tornando suas ações flexíveis e ajustáveis tanto do ponto de vista social quanto educacional favorecendo tanto aos alunos que apresentem algum tipo de necessidade especial, quanto àqueles que são considerados para os padrões sociais vigentes "normais". Dentro desta perspectiva Barbosa (2011, p.159) ressalta:

Dentro da visão em que educar é formar e aprender, é construir o próprio saber, a avaliação assume dimensões mais abrangentes. Ela não se reduz apenas à atribuição de notas. Sua conotação se amplia e se desloca, no sentido de verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação traz em sua essência um viés de negatividade e punição que mexe com o sujeito que vai ser avaliado ou com quem vai avaliar. Por isso é fundamental estabelecer bem as regras, os critérios, ser coerente ao fazer uso deste importante instrumento que pode, quando não bem aplicado oprimir, amedrontar e por consequência, excluir. Diante desta pressão é muito comum o professor viver uma tensão, daí a necessidade dos docentes assumirem uma nova postura diante do processo avaliativo, empreendendo esforço ativo e consciente na busca da transformação, abrindo mão do uso autoritário da avaliação, rever metodologia de trabalho em sala de aula, criar uma nova mentalidade junto aos alunos, colegas professores e pais, construindo de maneira sólida e criativa mecanismos que visem avaliar o aluno

levando em conta toda a sua complexidade, seu conhecimento, seu desenvolvimento diário e não somente a sua prova.

II .VI. I – Metodologia

Definir a metodologia significa realizar uma escolha de como se pretende investigar a realidade, baseando-se num problema ou numa oportunidade real de uma situação

Após realizado pesquisa, segundo os objetivos o alinhamento metodológico teve como suporte a utilização de uma bibliografia diversificada, com observação a um estudo de caso realizado em uma unidade pública de ensino regular, com crianças com necessidades especiais, matriculas e frequentando o 5º ano do Ensino Fundamental

Para o desenvolvimento deste trabalho, na parte referente ao estudo de caso, primeiramente ocorreu uma visita à Instituição de Ensino para uma conversa com a Diretora e Professores da Escola, para conhecer a clientela e as queixas sobre os problemas de aprendizagem dos alunos.

A partir daí, o estudo de caso procedeu-se envolvendo a observação de fatos referente à queixa apresentada pela escola em relação às dificuldades de socialização e interação dos alunos em estudo com os demais colegas da sala, negação em participar das aulas e agressividade em relação aos colegas da sala De modo geral, a maioria das crianças dessa sala apresenta algum problema sócio afetivo. Pode-se constatar também um desconhecimento e negação pelas necessidades especiais desses alunos por parte de alguns colegas da sala, que acabam se afastando e rotulando esses alunos em estudo.

Diante da situação os alunos de inclusão ficam a maior parte do tempo sem participar das atividades. Apenas observando, como se não fizessem parte do ambiente, tornando-se irritados, agressivos e se negando em permanecer na sala de aula. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece o direito à educação para todos, e a Constituição Federal em seu art. 206 destaca os princípios eminentemente democráticos, cujo sentido é nortear a educação, com igualdade de condições não só para o acesso, mas também, para a permanência na escola e a liberdade de aprender e ensinar. De acordo com a legislação todos têm direitos de educação de qualidade, porém os alunos de inclusão, ao invés de se sentirem iguais, estão se isolando pela falta de integração educacional, afetiva e social com os demais alunos.

Baseado em teorias e legislações referentes aos assuntos relacionados à inclusão, começamos a observar a prática docente e o acolhimento por parte da escola. Notamos que a professora preocupa-se muito com o conteúdo programado, conteúdo esse que não atende todas as diversidades e necessidades dos alunos, desconsiderando a interação entre os alunos, principalmente para os alunos de inclusão. O ambiente escolar que deve ser acolhedor, que deve ser um espaço inclusivo, acaba se tornando um espaço de diferenças.

Podemos observar que dentre tantos problemas que podemos encontrar para desenvolver uma boa metodologia para adequação destas escolas, porque serão inúmeras as dificuldades porém é uma necessidade o investimentos de todas as formas para que a inclusão destas crianças

sejam de forma geral e não apenas parcial em escolas regulares comuns, pois será um ganho para todos no geral uma vez que a aceitação passará a ser natural.

III - **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecer a realidade escolar, com um olhar externo e não somente interno, no processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais trouxe à tona muitas reflexões sobre o que é real e o que é teoria e discussão nos muitos espaços constituídos para tal. O olhar externo justifica-se pelo fato de que atuamos no magistério, e aqui colocamo-nos como expectadores e não como profissional nos proporciona e conduz a outro patamar de conhecimento e discussão, pois nos despimos de conceitos e pré-conceitos já construídos para voltar o olhar mais crítico.

Assim, pelo que foi apresentado até aqui, acreditamos que alcançamos nosso objetivo que era de conhecer como está ocorrendo o processo inclusivo na escola comum aliando teoria e prática. Em várias situações achamos a teoria um tanto utópica em comparação a realidade, mas no decorrer das ponderações consideramos que a literatura de fato precisa sempre estar indicando e apontando caminhos e anseios em um nível superior para que a ação sempre vislumbre a meta ideal, ou as hierarquicamente maiores de forma que seus processos prossigam em constante evolução.

Sem sombra de dúvidas o próprio sistema econômico vigente no país reforça as dificuldades escolares. É preciso também fundamentar-se no alicerce de que somente com concepções e práticas educativas inovadoras e evoluídas será possível educar com êxito a todos indistintamente e assim a garantia de que a escola comum poderá acolher de forma exitosa aos alunos com necessidades especiais.

O sucesso da aprendizagem está em explorar possibilidades, talento e as predisposições atuais do aluno. As deficiências, as dificuldades, e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem restringir o processo de ensino. As escolas devem avaliar as inovações em seu projeto político pedagógico para julgarem a necessidade de programar propostas inclusivas na escola comum.

Neste sentido, faz-se necessário rever os conceitos da educação inclusiva, pois ela é o principal alicerce para o desenvolvimento social das pessoas com deficiência. Entretanto se deve ressaltar que deixar um aluno com necessidades educativas especiais em uma sala regular e não atender às suas necessidades, não é inclusão, pois as dificuldades existem e quando passamos a observá-las de forma crítica, o trabalho pode ser mais bem planejado.

Todos são responsáveis pela inclusão, tanto a escola como a sociedade de um modo geral. Os cidadãos que participam da sociedade organizada têm que estar atentos para a observância do cumprimento da lei da inclusão. É preciso fazer valer os direitos adquiridos aos portadores de necessidades especiais. Incluir os alunos com NEE em todos os segmentos é uma forma de aceitá-los como eles são. Não importa que tipo de deficiência eles carregam, o importante é dar a eles oportunidades para que se sintam valorizados.